

Moção: “A deficiência numa era de informação”

Desde a instauração da Democracia (em 1974), foram feitos diversos progressos para apoiar as pessoas portadoras de deficiência e respetivos agregados familiares em vários domínios – por exemplo: saúde, educação, segurança social; parte deste desenvolvimento gradual deve-se, portanto aos vários Governos Socialistas que ao longo dos seus períodos de governação têm contribuído, principalmente ao nível da criação/atualização de legislação.

Apesar deste facto, a deficiência continua a ser vista como um “fator de exclusão e de discriminação (...) sendo que diferentes estudos têm, ao longo dos anos revelado a existência de uma forte ligação entre a deficiência, a pobreza e a exclusão social”¹. Parte desta discriminação está diretamente relacionada com a falta de conhecimento dos direitos e/ou deveres que estes cidadãos têm devido à sua condição. Mas o que fazer quando os vários documentos não chegam a quem deles necessita?

Em pleno século XXI e numa era de aparente informação, seria de uma importância vital se o Ministério da Segurança Social e a Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, em coordenação com o associativismo e entidades locais, desenvolvessem um trabalho de mapeamento que visasse identificar todas as pessoas portadoras de alguma deficiência e respetivos agregados com o objetivo da criação de uma Base de Dados nacional e uma rede de suporte local que agilizasse o processo de divulgação/atualização de documentação útil, pois este tipo de documentos pode encontrar-se algo disperso entre várias entidades² e a população que deles precisa não sabe de possíveis alterações efetuadas.

¹ Fontes, F., 2016. *Pessoas Com Deficiência Em Portugal*.

² Por exemplo, o *Guia Prático: Os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal* está disponível no site do Instituto Nacional para a Reabilitação e a informação relativa à *Prestação Social para a Inclusão* está disponível no site da Segurança Social.